

---

## EXPERIÊNCIA, HISTÓRIA E SUBJETIVIDADE

[Resenha]

FRANCISCA ISLANDIA CARDOSO DA SILVA

Mestra em Comunicação - Fundação Municipal de Saúde

Email: islandiacardoso@hotmail.com

---

Historiadora, militante feminista norte-americana e professora do Institute for Advanced Study, em Princeton, Joan W. Scott estuda a relação entre o saber histórico e a diferença e, a partir dessa perspectiva, as relações de gênero. Em “Experiência”, Scott desafia os fundamentos da tradição clássica da ciência e, por meio do conceito de experiência, atribui papel analítico à pesquisa histórica, ultrapassando a busca por uma origem e/ou verdade absoluta. A autora defende que a História não é apenas um registro cronológico das mudanças nas organizações sociais, mas, também, um agente ativo sobre as sociedades e as pessoas.

Dado o privilégio do visível na apreensão do conhecimento, registros, depoimentos e testemunhos se tornaram importantes formas de documentação e reconstrução histórica. Com base nisso, diversas correntes tem discutido, em seu referencial teórico e metodológico, o conceito de experiência a fim de romper com as rígidas estruturas do saber histórico que limitam a atuação do sujeito como agente de sua própria história.

Os estudos adeptos a este novo paradigma priorizam análises que envolvam temáticas relativas aos códigos e regimes de verdade instituídos em torno das relações, desafiando e desnaturalizando essas verdades, para compreender os processos de mudança, de ruptura e de continuidade na sociedade. Esse tipo de comunicação possibilitou a visualização de múltiplos aspectos da vida dos “esquecidos e apagados dos relatos sobre o passado” (p. 24) pela história convencional.

A essas outras formas de comunicação está relacionada a noção de experiência. Porém, a noção de experiência, ao ser utilizada por historiadores, deve ser analisada com critério, pois, diferente da busca por fatos, vem mesclada de percepções individuais dos sujeitos.

Ao historicizar a experiência, deve-se buscar romper com proposições universalizantes, deterministas e essencialistas, na direção de reconhecê-la em seu caráter plural e mutável. Nessa perspectiva, Scott ressalta que, ao tomarmos a experiência como uma perspectiva de abordagem histórica, é possível ampliar e enriquecer a análise da memória e das narrativas das minorias preteridas pela prática tradicional da escrita histórica (mulheres, idosos, crianças, entre outros) e, assim, levantar questões sobre a diferença.

No entanto, para que aquela possibilidade se concretize é necessário desconstruir a ideia da experiência como a origem do conhecimento e, por isso, uma evidência incontestável. Concebida por meio da metáfora da visibilidade, a experiência mantém o quadro epistemológico da história ortodoxa, uma vez que a crítica à última será feita a partir de seus próprios termos, apoiando-se no argumento da legitimidade e autoridade das experiências.

Ou seja, ironicamente, a experiência se torna um novo método utilizado pela história convencional ortodoxa. Com isso, perde-se a possibilidade do exame de suposições e práticas que excluem considerações acerca da História das diferenças, pois a evidência da experiência, ao invés de ser meio de questionamento do estabelecimento, operação e constituição do sujeito pela diferença, torna-se “evidência do fato da diferença” (p. 26), reproduzindo o *statu quo* em vez de contestá-lo.

Tornar visível a experiência de um sujeito (ou grupo) marcado pela diferença pode ocultar pontos do funcionamento do sistema em que aquele está inserido, a ponto de, apenas, enquadrá-lo em campos de repressão, sem questionar os rótulos pré-determinados. Ignora-se, assim, a singularidade das experiências e das subjetividades de cada um dos sujeitos.

Para não incorrer neste erro, tornar-se imprescindível reconhecer que, por meio do discurso, o processo histórico posiciona os sujeitos e produz experiências. Logo, os sujeitos não têm experiência, mas são constituídos por meio dela. A questão não é tornar visível a experiência, mas problematizá-la. Cabe então, dessa forma, histori-

cizar a experiência, buscar explicá-la e também as identidades que produz. Para termos condições de lidar com essas questões, precisamos reconhecer que as experiências são apresentadas por meio dos discursos, o que muda o foco de uma visão de naturalização da experiência para uma visão que considera todas as categorias explicativas contestáveis. Apontar a experiência como ponto de partida para explicar algo é localizá-la fora da construção discursiva, ignorando, assim, os fatores social e ideológico que intervêm em sua constituição.

Quando se considera determinado grupo (mulheres, homens, negro, branco, entre outros) como uma massa homogênea, o caráter discursivo de suas experiências é dissimulado. Partir das experiências de homens (gênero), por exemplo, significa partir de posições distintas e, assim, produzir conhecimento heterogêneo, contraditório, pois “já que o discurso é, por definição, compartilhado” (p. 42), o pessoal e o social estão imbricados um no outro na constituição da experiência. Ainda segundo Scott, “o tipo de leitura que tenho em mente não pressupõe uma correspondência direta entre palavras e coisas, nem se restringe a significados únicos, nem tem o propósito de resolver contradições” (p. 42-43).

É importante historicizar os conceitos, fazendo o exercício constante de negar “a fixidez e transcendência de qualquer coisa que pareça operar como um fundamento” (p. 47), e, conseqüentemente, negar que a produção de conhecimento funcione como uma verdade, passando a concebê-la como um conjunto de interpretações possíveis, tendo em vista o processo de formação dos conceitos. A experiência é, em si, uma interpretação e algo que precisa de interpretação, de maneira que é sempre contestável, e, portanto, política. No dizer de Scott, “o estudo da experiência deve questionar sua posição enquanto origem da narrativa histórica” (p. 48), do contrário essa categoria será normalizada e tornada comum a todos, excluindo as experiências de outros sujeitos/grupos, não contribuindo, portanto, para a construção de mudanças na sociedade.

Como estratégia teórico-metodológica, a categoria experiência tem se mostrado importante ferramenta na compreensão dos significados de gênero emergentes em determinados contextos. A explanação de Scott mostra que é preciso ter em mente que, ao partir da experiência de homens e/ou mulheres, lida-se com subjetividades múltiplas e heterogêneas. Essas pessoas são também negras, brancas,

índias, homossexuais, heterossexuais, pertencentes à classe média, baixa ou alta, escolarizadas em graus e níveis diferentes, etc.; logo, suas experiências assim como a percepção das próprias experiências serão diferentes. As posições de dominação e submissão não são fixas; há um jogo relacional em que homens e mulheres ocupam as duas posições ao mesmo tempo.

#### REFERÊNCIA

SCOTT, J.W. Experiência. In: SILVA, A.L. da.; LAGO, M.C. de S.; RAMOS, T.R.O. **Falas de gênero**: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.